

BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022				
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Rea-)	2023	2022 (Rea-)
	presentado)	presentado)	presentado)	presentado)
Ativo				
Circulante	123.296	139.701	123.976	140.005
Caixa e equivalentes de caixa	10.117	8.253	10.443	8.288
Contas a receber de clientes	58.612	70.360	58.671	70.378
Estoques	32.585	38.308	32.753	38.496
Tributos a recuperar	17.451	19.036	17.560	19.086
Outros créditos	4.531	3.744	4.549	3.757
Não circulante	51.898	54.915	51.357	54.683
Depósitos judiciais	737	717	737	717
Partes relacionadas	141	348	141	356
Contas a receber de clientes	3.182	2.720	3.182	2.720
Tributos diferidos	4.882	2.928	4.882	2.928
Tributos a recuperar	9.180	10.800	9.180	10.800
Outros créditos	177	169	177	169
18.299	17.682	18.299	17.690	
Bens mantidos para venda	9.879	10.633	9.879	10.633
Investimentos	545	237	-	-
Imobilizado, líquido	38.123	39.152	38.127	39.157
Intangível, líquido	260	358	260	358
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	3.091	4.535	3.091	4.535
Total do ativo	193.493	212.298	193.632	212.378
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	101.286	111.191	101.419	111.268
Empréstimos e financiamentos	48.671	51.672	48.671	51.672
Arrendamento mercantil	1.252	1.523	1.252	1.523
Fornecedores	32.027	40.672	32.037	40.688
Salários e encargos sociais a pagar	6.475	5.377	6.499	5.400
Obrigações tributárias	1.830	1.617	1.904	1.625
Outras contas a pagar	10.847	10.330	10.872	10.360
Partes relacionadas	184	-	184	-
Não circulante	42.021	45.352	42.021	45.352
Empréstimos e financiamentos	19.996	28.713	19.996	28.713
Arrendamento mercantil	2.267	3.423	2.267	3.423
Provisões para demandas judiciais	266	266	266	266
Tributos diferidos	5.727	5.562	5.727	5.562
Obrigações tributárias	6.773	7.388	6.773	7.388
Partes relacionadas	6.992	-	6.992	-
Patrimônio líquido	50.186	55.755	50.186	55.755
Capital social	45.409	45.409	45.409	45.409
Ajuste de avaliação patrimonial	5.876	6.161	5.876	6.161
Reserva de lucros	7.602	7.602	7.602	7.602
Prejuízos acumulados	(8.701)	(3.417)	(8.701)	(3.417)
Participação de não controladores	-	-	6	3
Total do passivo e do patrimônio líquido	193.493	212.298	193.632	212.378

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Rea-)	2023	2022 (Rea-)
	presentado)	presentado)	presentado)	presentado)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	45.409		45.409	
Prejuízo líquido do exercício (Reapresentado)	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	45.409	5.579	45.409	5.579
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.409	5.579	45.409	5.579

Demonstrações dos resultados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Rea-)	2023	2022 (Rea-)
	presentado)	presentado)	presentado)	presentado)
Receita líquida de vendas	347.362	410.847	347.967	410.885
Custo dos produtos vendidos	(256.184)	(322.006)	(255.936)	(321.584)
Lucro bruto	91.178	88.841	92.031	89.301
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	(68.212)	(65.282)	(68.613)	(65.744)
Despesas gerais e administrativas	(26.416)	(23.184)	(26.474)	(23.219)
Resultado de equivalência patrimonial	308	(89)	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	7.453	(3.691)	7.457	(3.697)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	4.311	(3.405)	4.401	(3.359)
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	5.815	10.438	5.828	10.447
Despesas financeiras	(17.484)	(21.925)	(17.509)	(21.981)
Prejuízo antes do IR e CS	(7.358)	(14.892)	(7.280)	(14.893)
IR e CS - Corrente	-	-	(75)	-
IR e CS - Diferido	1.789	(283)	1.789	(283)
Prejuízo líquido do exercício	(5.569)	(15.175)	(5.566)	(15.176)
Atribuíveis aos:				
Acionistas controladores	-	-	(5.569)	(15.175)
Acionistas não controladores	-	-	3	(1)
Prejuízo por ação	-	-	(4)	(12)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Rea-)	2023	2022 (Rea-)
	presentado)	presentado)	presentado)	presentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(7.358)	(14.892)	(7.280)	(14.893)
Prejuízo antes do IR e CS	(7.358)	(14.892)	(7.280)	(14.893)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	5.953	2.949	5.953	2.949
Amortização direito de uso	1.444	1.387	1.444	1.387
Depreciações e amortização	5.048	4.913	5.048	4.913
Baixa do ativo imobilizado, líquida	70	68	70	68
Perda/Refugo de estoque	31	126	31	126
Resultado de equivalência patrimonial	(308)	89	-	-
Juros reconhecidos e não pagos	600	295	600	295
5.480	(5.065)	5.866	(5.155)	
Aumento/(redução) das contas de ativos e passivos operacionais	1.790	(4.308)	11.072	(4.291)
Contas a receber de clientes	5.333	3.267	5.292	3.397
Estoques	5.692	7.419	5.712	7.405
Tributos a recuperar	3.205	742	3.146	762
Depósitos judiciais	(20)	-	(20)	-
Outros créditos	(796)	2.758	(800)	2.749
Bens imóveis mantidos para venda	754	(4.885)	754	(4.885)
Fornecedores	(8.645)	(4.815)	(8.651)	(4.806)
Arrendamento mercantil	(1.427)	(1.296)	(1.427)	(1.296)
Obrigações tributárias	(401)	1.084	(335)	1.046
Salários e encargos sociais a pagar	1.098	(2.658)	1.099	(2.657)
Outras contas a pagar	517	(858)	512	(852)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(75)	-
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	10.790	(4.308)	11.072	(4.291)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.991)	(4.165)	(3.991)	(4.168)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	(3.991)	(4.165)	(3.991)	(4.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Ingressos de financiamentos	50.645	83.009	50.645	83.009
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(62.963)	(66.815)	(62.963)	(66.815)
Transações com partes relacionadas	7.383	(296)	7.392	(296)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(1.485)	-	(1.485)
Fluxo de caixa (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(4.935)	14.413	(4.926)	14.413
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.864	5.941	2.155	5.954
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.253	2.312	8.288	2.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.117	8.253	10.443	8.288

1. Contexto operacional: A Poli-Nutri Alimentos S.A. ("Companhia") iniciou suas operações em 1989 e tem por objeto a fabricação, distribuição e comercialização de alimentos para animais, produtos veterinários e insumos a alimentação animal. A Companhia é especializada em pesquisar, produzir e ofertar soluções e produtos nutricionais para produtores de carnes de frango, suínos, bovinos, peixes, camarões, além de leite e ovos e animais de companhia como pet e equinos. A sede da Companhia é situada na cidade de Itapevi (SP), na qual está instalado um centro de distribuição, situando-se o seu escritório corporativo na cidade de São Paulo (SP). Além disso, possui unidades fabris nas cidades de Maringá (PR), Eusébio (CE) e Treze Tílias (SC) e dois centros de distribuição em Lajeado (PE) e Varginha (MG). A Companhia detém participação societária na Excelpet Distribuidora de Rações do Brasil Ltda, que visa à distribuição e à comercialização de produtos para animais domésticos. **2. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CFC):** **Informações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Informações contábeis individuais:** As informações contábeis da Controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo CFC, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76 que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009 (antiga Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008) e 12.973 de 13 de maio de 2014. Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia Controladora em suas informações contábeis individuais. Assim sendo, as informações contábeis individuais e consolidadas do Grupo estão sendo apresentadas lado a lado num único conjunto de informações. A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas em 31 de março de 2024 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão. **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e com o CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira - Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis de cada controladora constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. Conforme dispõe pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas Controladoras, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Poli-Nutri Alimentos S.A. **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos monetários, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado e as diferenças resultantes na conversão serão reconhecidas em outros resultados abrangentes na data de encerramento de cada período ou exercício. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **3.1.1 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento. **Receita:** A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 (IFRS 15). **Receita e despesa financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e juros

recebidos. A receita de juros sobre aplicação é reconhecida no resultado conforme o regime de competência. As despesas financeiras referem-se substancialmente a despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e variações monetárias cambiais. O reconhecimento no resultado é conforme o regime de competência. **Impostos sobre venda e revenda de produtos:** As receitas de venda e revenda estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: PIS, COFINS E ICMS. **3.1.2. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo IFRS. **3.1.3. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com pronunciamento técnico CPC 48. **3.1.4. Moeda estrangeira:** A Administração da Companhia e controladora definiram que sua moeda funcional, bem como das empresas no Brasil, é o Real de acordo com as premissas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2). **3.1.5. Ativo circulante e não circulante:** **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12. **Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio. **Investimentos:** Os investimentos da Controladora em empresa Controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas. **Ativos arrendados Reconhecimento e mensuração:** Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e a controladora assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. **Pagamentos dos arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear no prazo do arrendamento. **Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia e controladora. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação. **3.1.6. Redução do valor recuperável:** Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantidade recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável. As perdas por impairment são incluídas no resultado. Uma perda por impairment reconhecida para o ágio não é revertida. **3.1.7. Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.1.8 Provisões:** As provisões são registradas quando for provável a saída de benefícios econômicos futuros, decorrentes de eventos passados, de maneira que possam ser estimadas com segurança. **3.1.9 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real anual. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado x provisão no passivo circulante. Os ativos destes impostos a compensar são contabilizados e deduzidos quando da apuração pelo balanço de suspensão ou redução do imposto, realizado mensalmente, e em havendo passivo a recolher, compensa-se o que é de direito. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o Lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que Lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar

os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **3.1.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.1.11. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** Os juros sobre capital próprio possuem base na regulamentação da Lei nº 9.249/95, alterada pela Lei nº 9.430/96, por meio das Instruções Normativas nos 11/96 e 93/97 da Secretaria da Receita Federal. O pagamento dos JCP é condicionado à existência de lucros, auferidos antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros e lucros acumulados em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. **3.1.12. Demonstração dos fluxos de caixa:** A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, ganhos e perdas cambiais não realizados, ganhos e perdas de atualização monetária, quando aplicável; e ii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. **3.1.13. Consolidação:** As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em exercícios anteriores. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: **Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;** **Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas Controladas;** **Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.** **3.1.14. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por: **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. **4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:** As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRSs emitidas pelo IASB não foram adotadas pois não estão vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Sociedade e sua controladora pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas futuras. **Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alterações CPC 26/IAS 1) - vigência a partir de 1º de janeiro de 2024;** **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco sacado") (Alteração ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7) - vigência a partir de 1º de janeiro de 2024;** <